

ALBUQUERQUE, Afonso de

Professor Associado do Departamento de Estudos
Culturais e Mídia/UFF. Professor do PPGOM/UFF.
<afonsoal@uol.com.br>

O paralelismo político em questão

RESUMO

O texto se propõe a analisar a contribuição e os limites do uso do conceito de "paralelismo político" para os estudos comparativos em comunicação política. Atualmente este conceito tem sido usado em uma oposição binária ao modelo de jornalismo "independente" ou "objetivo", de tal modo que todas as situações que não se enquadrariam em um caso, seriam contempladas pelo outro. Alternativamente, ele sugere que este tipo de oposição faz sentido apenas no âmbito das sociedades ocidentais, e que ambas as categorias somente são aplicáveis em contextos nos quais sistemas políticos competitivos coexistam com um ambiente dotado de razoável estabilidade institucional.

Palavras-chave: Paralelismo político, comunicação política e estudos comparativos.

ABSTRACT

The text aims to analyze the contribution and limits to the use of the concept of "political parallelism" for comparative studies in political communication. To the present, the concept has been used in a binary opposition to the "independent" or "objective" model of journalism, so that every situation that does not fit the later would be covered by the former. Alternatively, it suggests that this type of opposition makes sense only in the context of Western societies, and that both categories only apply in contexts in which political systems can coexist with a competitive environment of reasonable institutional stability.

Keywords: Parallelism Political, Political Communication, Comparative Studies

O Paralelismo político em questão

[The political parallelism in question]

ALBUQUERQUE, Afonso de

O objetivo deste artigo é considerar criticamente a aplicabilidade do conceito de paralelismo político à análise das relações entre a mídia e a política, tendo em vista as condições e limites do seu uso para a investigação desta questão. Cunhado por Seymour-Ure (1974), e reelaborado por Blumler e Gurevitch (1995), o conceito ganhou especial relevância quando Hallin e Mancini (2004) fizeram dele um dos quatro critérios fundamentais do seu projeto comparativo.

Há algumas boas razões pelas quais a discussão em torno deste conceito ganha relevância na atualidade. Em linhas gerais, podemos dizer que o conceito de paralelismo político trouxe frescor e diversidade à pesquisa sobre comunicação política, em uma época em que a tradição americana de investigação sobre o jornalismo, centrada no conceito de objetividade e os protocolos a ela associados – e, em grau menor, a tradição britânica de estudos sobre a imparcialidade jornalística, cuja principal referência era a *British Broadcasting Corporation* (BBC) – dominavam o panorama da pesquisa mundial. O conceito de paralelismo político permitiu demonstrar que o jornalismo podia se basear em princípios normativos e práticas profissionais muito diferentes daqueles que a pesquisa acadêmica costumava tomar como dados, associados ao modelo do chamado “jornalismo independente”.

Em segundo lugar, há evidências de que, por diversas razões, o modelo do jornalismo independente enfrenta atualmente uma crise, mesmo nos Estados Unidos – vide, por exemplo, a oposição entre o conservador canal FOX News e o liberal MSNBC. Este padrão parece se reproduzir de uma forma ainda mais intensa no universo das mídias digitais (Baum & Groeling, 2008). Tendências análogas podem ser percebidas no jornalismo brasileiro – de resto, um dos primeiros a aderir (ao menos formalmente) ao ideal da objetividade como seu princípio norteador – como o ilustram os embates entre as revistas *Veja* e *Carta Capital* ou, de um modo mais geral setores da mídia tradicional (e conservadora) e os chamados “blogueiros progressistas”. Esta crise é particularmente significativa quando se considera que, durante a década de 1990 e a primeira metade da década de 2000, havia uma percepção bastante difundida de que, em

todo o mundo, a lógica dos meios de comunicação e sua relação com a política estavam convergindo em direção aos padrões encontrados nos Estados Unidos – o que se tornou conhecido como o paradigma da “americanização” dos meios de comunicação. Em face da crise da objetividade jornalística faz bastante sentido considerar se o conceito de paralelismo político não poderia, em algum grau, substituí-lo como modelo analítico em termos mais amplos.

Finalmente, um terceiro conjunto de razões deriva dos relativamente recentes avanços verificados no tocante à internacionalização da pesquisa no campo da comunicação política, para além do chamado “mundo ocidental”. Na medida em que o foco da análise se torna mais amplo, a aplicação universal de categorias originadas a partir da experiência histórica específica dos países ocidentais começa a ser questionada. Com base nesta atitude, os países não-ocidentais tendem invariavelmente a ser retratados como casos desviantes relativamente a uma norma estabelecida por referência aos países ocidentais, naquilo que é conhecido como o modelo “Oeste contra o Resto” (*West versus the Rest*). Sustento, aqui, que o conceito de paralelismo político constitui um exemplo relevante a este respeito.

Não se trata, aqui, de contestar o valor analítico do conceito de paralelismo político quando aplicado para além do contexto dos países ocidentais, mas de propor uma definição mais rigorosa a seu respeito que o reconheça como uma, dentre diferentes alternativas analíticas, ao modelo de “jornalismo independente”. Para tal, o artigo apresenta inicialmente um breve resumo da evolução do conceito, no contexto dos países da Europa Ocidental. Em seguida, ele descreve alguns avanços recentes na direção da internacionalização da pesquisa em comunicação política, para além das perspectivas originadas com base nos países do mundo ocidental, e discute o modo como eles afetam o conceito de paralelismo político. Na terceira parte, enfim, sugerimos que o paralelismo político deve ser entendido como um modelo específico de conexão entre mídia e política, e não simplesmente como a alternativa teórica ao modelo de “jornalismo independente”. Argumentamos que o conceito de paralelismo político somente pode ser adequadamente aplicado na medida em que duas circunstâncias se apresentem: 1) a existência um sistema político estruturado em torno de clivagens relativamente estáveis; 2) uma mídia politicamente ativa, cuja atuação reflete um posicionamento claro diante destas clivagens.

1. O Conceito de Paralelismo Político

O conceito de paralelismo político se tornou uma ferramenta analítica bastante popular desde que Hallin e Mancini (2004) fizeram dele uma das dimensões da análise comparativa dos sistemas

mediáticos. Sua origem, contudo, remete ao livro *The Political Impact of Mass Media*, publicado três décadas antes. Nele, Seymour-Ure busca estabelecer as bases de uma investigação sistemática sobre a conexão entre jornais e partidos políticos, tendo em vista a relação tanto entre jornais e partidos específicos, quanto entre sistemas jornalísticos e sistemas partidários, além de propor uma análise comparativa sobre os fatores que influenciam nesta relação. Em linhas gerais, o conceito de paralelismo político se refere à percepção de uma convergência de objetivos, meios, enfoques e públicos entre determinados jornais e determinados partidos políticos. Para além da questão do paralelismo político, a abordagem proposta por Seymour-Ure antecipa algumas questões que viriam a assumir um papel central na pesquisa posterior, como um enfoque comparativo acerca do tema, bem como o uso do conceito de “sistemas” para dar conta dele.

Por outro lado, a natureza do argumento desenvolvido pelo autor reflete o seu ponto de observação particular, que remete à realidade política e midiática da Europa Ocidental – e, em especial do Reino Unido – e a um contexto histórico no qual (pelo menos nestes países) a centralidade dos partidos políticos no tocante à estruturação da vida política não estava em questão. Em face disto, o autor toma o paralelismo político como uma regra geral, e não como um modelo alternativo ao do “jornalismo independente”. É bem verdade que o autor reconhece a possibilidade de que jornais com uma sólida base comercial possam atuar com alguma independência em relação aos partidos políticos, mas isto é considerado antes como uma exceção à regra, do que como outro modelo de jornalismo. Isto fica claro na referência com que o autor abre seu argumento, sobre o ressentimento provocado pelo advento dos grandes jornais comerciais controlados por “barões da imprensa” como Lorde Northcliffe e pela apreensão de que ela pudesse dar origem a uma imprensa “irresponsável”, uma vez que desempenhava um papel politicamente ativo, a despeito de não ser controlada por agentes ligados aos partidos políticos.

O autor divide sua análise do grau de paralelismo entre partidos e jornais em dois níveis. O primeiro diz respeito à relação entre partidos e jornais específicos, e considera três variáveis. A *organização* se refere ao tipo de vínculo que se estabelece entre um determinado jornal e um partido – um extremo da escala corresponde à posse e administração direta do jornal por um partido e o outro aos jornais que não têm qualquer relação organizacional com partidos e, entre eles, se encontram diferentes tipos de controle informal exercido pelos partidos sobre jornais; a variável *metas partidárias* dá conta do grau com que as posições de um jornal coincidem com os objetivos de um dado partido, o qual varia da lealdade integral à independência, passando por diversas posições

intermediárias entre estes extremos; a variável *apoiadores do partido*, que se refere ao grau de coerência entre as preferências partidárias dos jornais e dos leitores. O segundo nível de análise considera a correspondência entre sistemas partidários e sistemas de imprensa. Para explicá-la, o autor introduz uma quarta variável, relativa à proporção entre a distribuição do público entre os jornais e o número de votos recebidos pelos partidos a eles relacionados. Além disto, Seymour-Ure propõe um modelo de análise comparativa para dar conta da diversidade de formas assumidas pelo paralelismo político em diferentes países, tendo em vista variáveis relativas aos sistemas de imprensa e aos sistemas partidários. Embora as categorias propostas por ele reflitam o estado bastante preliminar da pesquisa comparativa quando da escrita do livro, o esforço de elaborar categorias de análise calcadas na realidade empírica representa um avanço significativo em relação ao modelo das “teorias da imprensa” proposto por Siebert, Peterson e Schramm (1963) que, por décadas constituiu o referencial por excelência da pesquisa em comunicação política.

A questão do paralelismo político foi retomada por Blumler e Gurevitch (1995), pouco depois da publicação do livro de Seymour-Ure¹. O objetivo dos autores é estabelecer uma base conceitual abrangente para um esforço comparativo acerca da relação entre organizações políticas e midiáticas em diferentes sociedades. Para tal, os autores propõem quatro dimensões analíticas, correspondentes a diferentes fatores que afetariam a produção, a recepção e as repercussões das mensagens políticas: 1) o grau de controle do Estado sobre as organizações midiáticas, 2) o grau de partidarismo da mídia, 3) o grau de integração entre as elites políticas e da mídia; 4) a natureza dos valores através dos quais a mídia busca legitimar sua atuação. A relação entre meios de comunicação e partidos políticos é considerada no âmbito da segunda destas dimensões analíticas, embora seja importante observar que os autores evitam descrever esta relação nos termos de um “paralelismo”. Ao invés disto, eles identificam cinco níveis de partidarismo da imprensa, que vão desde o controle direto de empresas midiáticas pelo partido, seja sob a forma de propriedade, subsídio financeiro ou presença sistemática de membros do partido na sua administração ou no seu corpo editorial, em um extremo, até as instituições midiáticas cujo compromisso com a neutralidade política é definido por lei ou outros tipos de regulamento. Dentre eles se situam formas de partidarismo voluntário, o apoio condicional a um determinado partido e o apoio *ad hoc* a um determinado partido, dependendo de um julgamento sobre o mérito específico da questão.

¹ A versão original do texto de Blumler e Gurevitch é de 1975.

A análise que Hallin e Mancini (2004) fazem do paralelismo político é fortemente tributária dessas duas contribuições. Escrevendo três décadas depois, eles contavam com uma base de pesquisas empíricas que não estava disponível para seus antecessores. Além disso, eles optaram por um desenho de pesquisa baseado nos “sistemas mais semelhantes”, restringindo a sua análise a 18 países, da América do Norte e da Europa Ocidental, dotados de padrões sócio-econômicos relativamente próximos, além de compartilharem alguns traços importantes no tocante à sua cultura e instituições políticas. Com base nesta metodologia, os autores elaboraram um esquema conceitual baseado em três modelos – Liberal, Corporativista Democrático e Pluralista Polarizado – e quatro pilares que sustentam a atividade comparativa: 1) o desenvolvimento dos mercados midiáticos, 2) o paralelismo político; 3) o desenvolvimento do profissionalismo jornalístico; 4) o grau e natureza da intervenção do Estado no sistema midiático. Tais variáveis parecem bastante próximas de três dentre as apresentadas por Blumler e Gurevitch – com exceção da primeira, que ocupa o lugar da integração entre elites políticas e dos meios de comunicação.

Particularmente no que concerne à variável central (do ponto de vista deste artigo) merece observação o fato de que Hallin e Mancini retomam o termo “paralelismo” para descrever a relação entre os meios de comunicação e as forças políticas. Contudo, eles preferem um uso mais geral do termo “paralelismo político” do que aquele proposto por Seymour-Ure, que diz respeito à relação específica entre meios e partidos, uma vez que, segundo eles:

este tipo de conexão um-a-um entre os meios de comunicação e os partidos políticos se tornou crescentemente incomum e, onde os meios de comunicação ainda se diferenciam politicamente, eles se associam menos freqüentemente a partidos particulares e mais a tendências políticas gerais (2004: 27).

Hallin e Mancini identificam cinco elementos associados ao paralelismo político dos meios de comunicação. Dois deles ecoam elementos anteriormente apresentados por Seymour-Ure: as conexões organizacionais e o caráter partidário da audiência dos meios de comunicação. Ao lado deles, os autores situam o conteúdo dos meios (não mais pensados em termos de sua relação com as metas de um determinado partido), a tendência do pessoal dos meios de se envolver em política e a sua concepção do papel do jornalista como devendo ser o de um publicista, antes que o de proporcionar informação neutra ou entretenimento. A este respeito, é importante destacar que, diferentemente de Seymour-Ure, Hallin e Mancini não tomam o paralelismo político como um dado, mas como o produto de

um conjunto específico de circunstâncias e, portanto, um fator sujeito a variações consideráveis em diferentes sociedades.

No que se refere aos três modelos sugeridos pelos autores, o paralelismo político é relativamente alto no modelo do Pluralismo Polarizado: o estilo do jornalismo dá grande importância aos comentários; os jornais representam tendências políticas distintas, que são acompanhadas também pelos seus leitores, e eventualmente desempenham um papel de ativista em defesa de determinadas causas; as fronteiras entre jornalistas e políticos são bastante permeáveis. No modelo Liberal, ao contrário, o nível de paralelismo político tende a ser consideravelmente baixo, com uma ênfase na informação, ao invés do comentário e uma ênfase em uma posição de neutralidade – embora o Reino Unido constitua uma exceção à regra. No modelo Corporativista Democrático, enfim, encontramos uma situação intermediária, com uma tendência histórica de relativa despolitização dos meios de comunicação. Nele, o princípio da separação entre comentário e reportagem – associado ao modelo de jornalismo “independente” – convive com um certo grau de alinhamento político por parte dos jornais. O alinhamento político dos jornais se exerce, pois, discretamente, através de ênfases e ângulos na reportagem noticiosa, antes que de comentários explícitos.

2. A Comunicação Política para Além do Mundo Ocidental

Dado o impacto de *Comparing Media Systems* junto ao meio acadêmico, logo se tornou uma questão observar em que medida o referencial teórico por eles elaborado poderia ser aplicado como base de um esforço comparativo em escala global. Nesta seção, discutiremos os desafios e limites envolvidos na ampliação da análise comparativa de modo a dar conta dos “sistemas menos similares” para além do mundo ocidental. Inicialmente, consideraremos as sugestões originalmente apresentadas por Hallin e Mancini sobre o modo como seus modelos e variáveis poderiam servir de base para este tipo de comparação, bem como algumas críticas que foram feitas acerca delas, e o modo como os autores se posicionaram a este respeito. Em seguida, analisaremos criticamente algumas propostas alternativas de elaboração de modelos globais de análise. Consideraremos especificamente três linhas de investigação, que se construíram em torno: 1) do modelo pioneiro estabelecido pelo livro *Four Theories of the Press*; 2) dos *surveys* padronizados aplicados a diferentes países; 3) do conceito de “terceira onda da democratização”. Finalmente consideramos alguns problemas que se apresentam à proposta de des-ocidentalização da pesquisa sobre os meios de comunicação, tal como apresentada por Curran e Park (2000). Segundo acreditamos, não obstante a sua intenção, esta proposta mantém o mundo

ocidental como referente absoluto da pesquisa comparativa, e mede o resto do mundo em função da sua distância relativa em relação a ele. Alternativamente, sustentamos que o esforço de ampliação da pesquisa comparativa para além dos modelos ocidentais requer o desenvolvimento de uma agenda de investigação que considere questões específicas que se apresentam à relação entre mídia e política em outros países, ao invés de simplesmente julgá-las em função de sua relativa distância em relação a esses modelos.

Hallin e Mancini

As variáveis e modelos propostos por Hallin e Mancini serviram de base a um sistema analítico consistente e compreensivo quando aplicado ao corpus original, composto por dezoito países selecionados a partir da metodologia dos “sistemas mais similares”. Mas em que medida eles se aplicariam a outros países, com sistemas não tão similares? Hallin e Mancini se mostraram ambivalentes a este respeito. Se, por um lado, eles reconhecem que “os modelos desenvolvidos aqui não podem ser aplicados sem uma considerável adaptação à maior parte das outras áreas do mundo”, por outro acreditam que “os modelos que prevalecem na Europa Ocidental e na América do Norte tendem a ser os modelos dominantes em todo mundo” (2004: 6). Em particular, eles acreditam que os modelos Liberal e Pluralista Polarizado podem servir de base a uma análise comparativa de escopo mais amplo, embora por razões distintas. Com relação ao modelo Liberal, os autores identificam uma tendência global de convergência dos sistemas midiáticos em torno dele – que poderia levar, mesmo, à homogeneização destes sistemas, ao menos sob alguns aspectos – em um fenômeno que tem sido relacionado a fatores diversos, como a americanização, a modernização, a globalização, a comercialização e a secularização dos sistemas midiáticos – embora, eles sejam cautelosos a este respeito – e apontam também alguns fatores que se opõem a esta tendência. Quanto ao modelo Pluralista Polarizado, os autores sustentam que:

“pesquisadores trabalhando em diversas partes do mundo – Europa Oriental e a ex-União Soviética, América Latina, o Oriente Médio e toda a região mediterrânea, África e a maior parte da Ásia acharão muitos elementos relevantes em nossa análise da Europa Meridional, incluindo o papel do clientelismo, o forte papel do Estado, o papel da mídia como instrumento de disputas políticas, o limitado desenvolvimento de uma imprensa de massa, e uma relativa fraqueza das normas profissionais comuns” (2004: 306)

A pretensão de que os modelos Liberal e Pluralista Polarizado pudessem se constituir como pontos de partida para uma análise comparativa global se viu, contudo, alvo de alguns questionamentos importantes. No que se refere ao modelo Liberal, não há como negar que, em muitos e significativos aspectos, modelos oriundos de países ocidentais – e dos Estados Unidos, de modo particular – se tornaram influentes em escala global. Contudo, a idéia de que este movimento levaria a um processo de convergência dos modelos midiáticos pode parecer exagerada. Assim, por exemplo, embora a retórica do jornalismo “independente” tenha sido adotada em diferentes países, ela não foi necessariamente acompanhada por uma efetiva mudança nos valores profissionais ou nas práticas jornalísticas. De fato, como o próprio Hallin observou em textos posteriores (2006, 2009), o modelo Liberal parece estar vivenciando uma crise significativa nos Estados Unidos, o país que, historicamente, lhe serviu de vitrine: a circulação de jornais estaria em queda, a cultura profissional dos jornalistas experimentaria uma crise, acossada pelos excessos do comercialismo e a mídia partidária estaria em crescimento. Em aspectos importantes, portanto, o sistema midiático americano estaria se aproximando das características que Hallin e Mancini associam ao modelo Pluralista Polarizado.

As críticas relativas ao modelo Pluralista Polarizado são de outra ordem. Em um texto recente, sugeri que embora os três modelos pareçam bastante sólidos quando julgados em relação ao corpus original da investigação, eles têm conseqüências diferentes quando considerados como parâmetros comparativos em uma escala mais ampla. Isto porque, ao contrário dos modelos Liberal e Corporativista Democrático, o modelo Pluralista Polarizado se caracteriza pela ausência de valores consensuais sólidos o bastante para fazer dele também um modelo normativo – o que permitiria a ele servir como referencial inspirador para outros países. As características do modelo Pluralista Polarizado se definiriam em boa medida negativamente em relação aos dois outros modelos: basicamente faltariam a ele qualidades que definiriam os outros dois. Eles se definiriam por uma baixa taxa de circulação de jornais, um alto nível de clientelismo e instrumentalização nas relações entre mídia e política – em oposição a uma autoridade racional-legal solidamente estabelecida – um baixo nível de profissionalismo e de autonomia dos meios de comunicação frente ao Estado e à política (Albuquerque, 2011). Em resposta a esta crítica, Hallin e Mancini (2011) argumentaram, com base no caso italiano, que práticas como o *lottizzazione* – a divisão de cargos, recursos e tempo no rádio e na televisão entre os partidos – implicam na afirmação de uma concepção normativa, que define o pluralismo político e o compartilhamento de poder como valores consensuais entre os agentes políticos e midiáticos. Tal proposição amplia convincentemente o argumento desenvolvido pelos autores em 2004 – embora seja justo dizer que, de algum modo este argumento estava

presente na análise comparativa que os autores desenvolveram acerca da relação entre telejornalismo e política nos Estados Unidos e na Itália, duas décadas antes da publicação do livro *Comparing Media Systems* (cf. Hallin & Mancini, 1984). Contudo, ao contrário do modelo Liberal, há poucas evidências de que ele tenha servido efetivamente como um referencial normativo para outros países.

Na revisão crítica que fizeram do livro original, os autores reconhecem que, ao menos sob alguns aspectos, os três modelos originais não são facilmente transportáveis para além do *corpus* original da análise; ao mesmo tempo, eles sustentam que as quatro variáveis propostas se mostrariam bem mais adequadas a este respeito, embora sua aplicação a outros contextos demande um esforço de re-conceituação (Hallin & Mancini, 2011). Este nos parece o caso do termo “paralelismo político”, que apresenta limites consideráveis para dar conta de diferentes casos de conexão entre os sistemas políticos e midiáticos em contextos diferentes daqueles que foram representados na amostra original de *Comparing Media Systems*. Em especial, acreditamos que a globalização da pesquisa sobre o tema, abrangendo países situados fora do contexto ocidental oferece algumas pistas valiosas para o aprimoramento deste conceito.

Modelos Comparativos Gerais

A globalização da pesquisa no campo da comunicação política é, na verdade, um projeto antigo. Contudo, muito frequentemente os estudos realizados a este respeito foram marcados pela tentativa (um tanto quanto etnocêntrica) de classificar os países de todo o mundo a partir de um conjunto de categorias e variáveis criadas a partir da experiência específica das sociedades ocidentais. O livro *Four Theories of the Press* oferece, a este respeito, um exemplo pioneiro (Siebert, Peterson & Schramm, 1963). Não obstante seu objetivo manifesto de criar uma base de categorias capaz de abranger a diversidade de formas como a imprensa se organiza em todo o mundo, na prática o sistema de categorias por eles criado se baseia na naturalização do modelo liberal e na construção do modelo autoritário e, de modo especial, do modelo comunista soviético como Outros do jornalismo ocidental (Nerone, 1995; Szpunar, 2011).

Uma segunda variante deste esforço é ilustrada por diversos *surveys* conduzidos com jornalistas de diversos países, a partir de questionários padronizados produzidos em referência a modelos ocidentais. O exemplo mais evidente deste tipo de pesquisa é oferecido pela coletânea *The Global Journalist* (Weaver, 1998), que aplicou em países de diversos continentes questionários originalmente aplicados a estudos sobre os jornalistas americanos.

Este tipo de questionário certamente produz resultados úteis em relação a dados de natureza demográfica, tais como o perfil etário, étnico e de gênero dos jornalistas, ou o perfil de sua educação profissional. Em outros aspectos, contudo, as categorias de análise parecem fortemente influenciadas por expectativas que fazem todo o sentido no contexto do jornalismo americano, mas não necessariamente em outros países. Por exemplo, os questionários sobre o papel profissional dos jornalistas se baseiam em sete categorias: relatar as notícias rapidamente, providenciar análise, ser um cão de guarda do governo, proporcionar acesso do público a informações, proporcionar entretenimento, relatar as notícias de forma acurada ou objetiva e ser membro de uma organização jornalística. Não apenas tais categorias ignoram uma série de outras possibilidades igualmente relevantes – por exemplo, desempenhar o papel de publicista (Chalaby, 1998), ou atuar como instrumento de auto-regulação do partido, dentro de da lógica da crítica e auto-crítica (Roudakova, 2009; Zhao, 2011) – como elas não são necessariamente interpretadas do mesmo modo em diferentes contextos. Este modelo de análise permanece popular, como sugere o recente estudo de Hanitzsch e Mellado (2011) sobre o modo como os jornalistas percebem influências em seu trabalho em dezoito países. Não obstante as categorias analíticas usadas pelos autores sejam bastante gerais – influências políticas, influências econômicas, influências profissionais, influências organizacionais, grupos de referência e influências procedimentais – a sua aplicação concreta apresenta fortes indicações de um viés etnocêntrico como base da análise. Isto fica bastante evidente quando se considera que os autores se valem acriticamente da classificação, pela organização americana *Freedom House*, dos sistemas políticos dos países em três categorias – livre, parcialmente livre e não-livre.

15

Finalmente, uma terceira linha de investigações se refere a um conjunto de pesquisas comparativas estruturadas em torno do conceito de “democracias da terceira onda”, cunhado por Huntington (1991) para descrever o processo de democratização que teve lugar em diversos países a partir de meados da década de 1970. Em sua origem, o uso deste conceito está ligado a uma atitude otimista dos pesquisadores relativamente à convergência dos sistemas políticos do mundo em torno do modelo das democracias ocidentais. Com o passar do tempo, contudo, ele serviu de base a leituras menos otimistas sobre as chances das “democracias da terceira onda” de atingirem graus de estabilidade comparáveis aos das democracias consolidadas (cf. Mainwaring, 1998; Mainwaring & Torcal, 2005), eventualmente dando lugar a governos híbridos (Carothers, 2002), por vezes descritos através de termos como “democracia delegativa” (O’Donnell, 1994) e “autoritarismo competitivo” (Levitsky & Way, 2010). Nesta perspectiva, os regimes políticos dos países analisados são analisados tendo em vista o seu relativo sucesso ou fracasso em atingir um parâmetro ideal de

democracia. Recentemente esta perspectiva inspirou pesquisas no campo da comunicação política comparada, tendo em Voltmer (2006, 2011) uma de suas principais patrocinadoras. Segundo ela, para entender as características dos sistemas midiáticos dos países de democratização recente, é preciso levar em consideração “os traços particulares do regime autoritário precedente como um elemento determinante dos sistemas midiáticos emergentes nas novas democracias” (2011: 236). Coerentemente com este princípio, a autora identifica quatro diferentes tipos de regimes autoritários – os regimes comunistas do leste europeu, cujos meios de comunicação, voltados para a educação ideológica das massas, foram privatizados em um processo turbulento; as ditaduras militares latino-americanas, cujo sistema midiático se estruturou em torno de meios de comunicação privados e uma estratégia de aquiescência e despolitização; os tigres asiáticos, cujo modelo de desenvolvimento se baseava numa aliança entre indústrias privadas e um Estado fortemente burocratizado; os regimes unipartidários africanos, cujas instituições de governo seriam frágeis a ponto de não conseguirem cumprir suas funções mais básicas.

Quer de modo explícito ou implícito, todos estes modelos mantêm os países ocidentais como referenciais absolutos de análise, e julgam a relação entre mídia e política dos demais países a partir de sua distância em relação a este ponto de referência. Deste modo, a comunicação política dos países situados para além do mundo ocidental tende a ser definida com base naquilo que neles está ausente, antes que pelas suas características próprias e distintivas.

Para Além da Des-Ocidentalização dos Sistemas Midiáticos

A necessidade da análise comparativa sobre a comunicação política ir além dos limites do mundo ocidental já foi reconhecida. Um exemplo pioneiro de tentativa de enfrentar este desafio é oferecido pela coletânea *De-Westernizing Media Studies*, organizada por James Curran e Myung-Jin Park. Em sua introdução ao livro, os autores apresentam sua obra como uma tentativa de escapar do espírito autocentrado e paroquial de boa parte da teoria ocidental sobre a mídia (2000: 3). De fato, o livro abre espaço para a análise do modo de organização dos meios de comunicação em países que permaneciam à margem do foco da pesquisa internacional. Contudo, o objetivo manifesto de apresentar uma alternativa aos modelos ocidentais predominantes é parcialmente frustrado, por diferentes fatores. Em primeiro lugar, a própria noção de des-ocidentalização traz uma armadilha conceitual implícita: ainda que de modo não intencional, ela ajuda a preservar o Ocidente como ponto de partida da análise e a reproduzir o olhar que vê os demais países sob a lógica da sua alteridade essencial (cf. Said, 2001).

Esse problema não é apenas terminológico, mas se reflete na própria lógica de organização do livro. Os capítulos, referentes a casos nacionais específicos ², são organizados em cinco partes, estruturadas a partir de um modelo de classificação que conta com duas variáveis: a primeira, de natureza política, opõe sistemas democráticos aos autoritários; a segunda, de cunho econômico, se divide em sistemas neoliberais e regulados. Da combinação destas variáveis, resultam as categorias de sociedades: 1) autoritárias e neoliberais; 2) autoritárias e reguladas, 3) democráticas e neoliberais, 4) democráticas e reguladas. Para além delas, os autores identificam uma quinta categoria, composta pelas sociedades “mistas” ou “transicionais”. Curran e Park não apresentam os critérios com base nos quais classificam uma sociedade como democrática ou autoritária, neoliberal ou regulada, e é ainda menos claro o que leva outras a serem definidas como “transicionais” ou “mistas”. O ponto a se destacar é que, em sua própria denominação, estas categorias apontam para um enfoque centrado no Ocidente. Isto é particularmente verdadeiro no tocante à oposição entre sociedades democráticas e autoritárias – de resto, a oposição fundamental de *Four Theories of the Press*.

O mesmo foco se faz presente em muitas das análises particulares que se apresentam, no livro, sobre os países não-ocidentais. Frequentemente, eles são considerados tendo em vista o seu movimento no sentido de atingir parâmetros normativos que encontram seu melhor exemplo nos países ocidentais ou, alternativamente, com base na sua distância destes parâmetros ou na sua relativa incapacidade de atingi-los: McNair (2000), por exemplo, enumera diferentes razões, de natureza econômica e política, pelas quais o jornalismo fracassou em cumprir o seu papel como *Fourth Estate*³; Waisbord (2000) descreve a estrutura dos meios de comunicação dos países sul-americanos como fundamentalmente antidemocrática, dada a sua concentração em torno de um pequeno número de grandes empresas e uma forte interferência dos governos no processo de comunicação, enquanto Lee descreve o panorama midiático de Taiwan como marcado por uma relação tensa entre o Estado – visto como agente de controle – e as forças do mercado, entendidas como uma “alternativa emancipatória à ditadura aristocrática, oligárquica ou autoritária” (2000: 134). Não se trata, aqui, de avaliar o maior ou menor mérito destas análises. O ponto a se destacar é o fato de que, neles, a des-ocidentalização passa antes pela seleção do objeto de análise que pela adoção de perspectivas

² Na verdade, três capítulos contemplam unidades supranacionais, como o Leste Europeu, o Oriente Médio e a América do Sul.

³ O título do capítulo – Power, profit, corruption, and lies: The Russian media in the 1990s – é bastante sintomático a este respeito.

alternativas àquelas utilizadas na análise da relação entre mídia e política em contextos ocidentais.

Para superar a dominação ocidental nos estudos comparativos sobre a comunicação política é preciso ir além do projeto de “des-ocidentalização” tal como enunciado por Curran e Park. Como Blumler e Gurevitch corretamente observaram, é apenas na medida em que teorias baseadas em sociedades ocidentais tivessem sua aplicabilidade testada para sociedades não ocidentais e, alternativamente, teorias formuladas com base nas experiências de sociedades não ocidentais tivessem a sua validade testada para sociedades ocidentais é que se poderia construir a base para teorias com aplicabilidade global (1995: 79-80).

Recentemente, alguns passos importantes foram dados nesta direção. Neste sentido, cabe chamar a atenção para a importância dos ensaios publicados no livro *Comparing Media Systems Beyond Western World* (Hallin & Mancini, 2011). O propósito original do livro era aplicar as categorias originalmente criadas para descrever a relação entre mídia e política em países da Europa Ocidental e da América do Norte a países situados para além das fronteiras do chamado “mundo ocidental”. Contudo, mais do que simplesmente adotá-las, os capítulos que compõem o livro questionam a aplicabilidade das categorias de Hallin e Mancini para além do seu contexto original. Isto não se aplica somente aos três modelos elaborados por estes autores, mas também às quatro variáveis que eles propõem. Torna-se evidente, por exemplo, que a noção de “desenvolvimento dos mercados da mídia” tem aplicabilidade bastante limitada aos países comunistas (Roudakova, 2011, Zhao, 2011). A concepção do papel do Estado como sendo essencialmente o de um agente regulador, sustentado por uma autoridade racional-legal se revela igualmente limitada. Em contextos não-ocidentais o Estado pode ser muito mais – ator do desenvolvimento econômico, fiador da identidade nacional e atuar de maneira coercitiva sobre os meios de comunicação, com base em uma autoridade que, por vezes, se sustenta em uma lógica paternalista (Balčytienė, 2011; Hadland, 2011; Vartanova, 2011; Zhao, 2011) – e muito menos do que isto – o produto de um arranjo complexo entre diferentes tipos de agentes e instâncias de poder ou, alternativamente, uma entidade cujas fronteiras se confundem com as do partido dominante (McCargo, 2011; Roudakova, 2011; Zhao, 2011).

Em termos mais amplos, os capítulos sugerem que a situação de relativa estabilidade que caracteriza os sistemas políticos e midiáticos descritos na obra original de Hallin e Mancini (2004) – todos eles democracias relativamente maduras – parece ser a exceção, e não a regra, no panorama mundial e que, portanto,

ferramentas analíticas apropriadas devem ser desenvolvidas para dar conta da realidade dinâmica e cambiante de outros países. Por um lado, há que se reconhecer que os sistemas midiáticos destes países frequentemente se definem de maneira periférica em relação a modelos estrangeiros. Isto não significa, porém, que tais casos devam ser julgados pela sua maior ou menor fidelidade em relação a estes modelos – pelo seu relativo “sucesso” ou “fracasso” em adotá-los – mas sim tendo em vista o modo como estes modelos são radicalmente apropriados e redefinidos para se adequar às dinâmicas das sociedades locais (Albuquerque, 2011). Por outro lado, Roudakova (2011) enfatiza a necessidade de se adotar uma perspectiva dinâmica mais complexa acerca dos sistemas midiáticos do que aquela que se faz presente no paradigma da transição, no qual o referente de chegada – a democracia consolidada nos moldes dos países ocidentais – é presumido como óbvio. Em contraste com esta perspectiva, a autora sugere que os processos de transformação nos sistemas de comunicação política sejam entendidos a partir dos conceitos de “manutenção da ordem” e de “erosão da ordem”. O ponto a se destacar é que, embora tais dimensões analíticas se façam visíveis com mais intensidade nos países não-ocidentais, o seu valor analítico não se resume a eles. Como a crise econômica de 2008 – que atingiu duramente os Estados Unidos e a Europa Ocidental, e cujos efeitos se arrastam até o presente – parece demonstrar, a estabilidade obtida pelos países ocidentais é uma circunstância da história, e não um dado absoluto.

3. Para Além do Paralelismo Político

Podemos agora retornar ao conceito de “paralelismo político”. Nosso argumento é que, considerado sob um prisma mais amplo, para além do mundo ocidental, o paralelismo político se revela um fenômeno histórico bastante contingente, derivado do fenômeno que Manin (1995) denomina “democracia de partido”, fortemente associado a uma região geográfica específica – os países da Europa Ocidental, basicamente – e a um período histórico particular – situado, grosso modo, entre o final do século XIX e o final do século XX⁴ – e que, portanto, não faz sentido fazer dele uma categoria universal de comparação.

De algum modo, a política centrada em partidos – o fundamento último por detrás do conceito de paralelismo político – cumpre, no campo da ciência política, um papel normativo análogo ao que é

⁴ É importante ter em vista, porém que, ao longo do século XIX os Estados Unidos contaram com uma cultura política fortemente partidária, que se traduzia em um forte grau de convergência entre jornais e partidos políticos (cf. Kaplan, 2002; Ryfe, 2006)

desempenhado pelo conceito de objetividade jornalística nos estudos da comunicação. Neles, a objetividade foi muitas vezes tomada como o valor supremo, que definiria um parâmetro ideal de qualidade jornalística. Igualmente, a existência de um sistema partidário sólido foi freqüentemente considerada como uma condição *sine qua non* para a existência de uma democracia com bases sólidas (cf. Sartori, 1976). Ambos os juízos, contudo, refletem perspectivas fortemente etnocêntricas. O *ethos* da objetividade jornalística tem sido relacionado a um conjunto de circunstâncias que se apresentaram nos Estados Unidos a partir da década de 1920 (Schudson, 2001), e que atingiram o seu apogeu entre as décadas de 1950 e 1980 (Hallin, 2000). Igualmente, o foco nos partidos como as instituições centrais da vida política faz mais sentido quando aplicado aos modelos parlamentaristas dos países da Europa Ocidental que a países presidencialistas⁵, como os Estados Unidos ou os países latino-americanos (Samuels, 2002; Samuels & Shugart, 2003). Há, pois, boas razões para acreditar que a oposição entre o modelo de jornalismo “independente” e aquele caracterizado pelo “paralelismo político” não resume todas as possibilidades relevantes no campo da comunicação política.

De modo geral, podemos caracterizar o “jornalismo independente” (ou “objetivo”) e o paralelismo político como dois modelos distintos de correlação entre mídia e política, que têm lugar em contextos caracterizados pela coexistência de duas condições: 1) a existência de um ambiente político competitivo; 2) e de estabilidade institucional. No caso do jornalismo independente, a atuação das organizações jornalísticas se sustenta em torno de um sólido acordo sobre as regras do jogo político e do papel que cabe às instituições políticas (e de governo) desempenhar. Por um lado, ele se refere a um sistema estável de divisão de poderes, estruturado a partir de um sistema de *checks and balances* entre poderes interdependentes (Cook, 1998); por outro, ele se associa a uma concepção fundamentalmente administrativa e técnica do governo (Schudson, 1982). Neste contexto, os jornalistas se constituem como um tipo paradoxal de instituição política, cuja autoridade depende da sua capacidade de se apresentarem como agentes *neutros*, comprometidos com o relato objetivo dos acontecimentos, antes que com o apoio a agendas políticas particulares.

Quanto ao paralelismo político, ele está associado a uma ordem caracterizada por uma maior diversidade de forças políticas – os

⁵ O caráter etnocêntrico deste tipo de modelo fica claro quando consideramos que diversos autores caracterizaram o presidencialismo como um tipo de governo particularmente perigoso do ponto de vista da manutenção do sistema democrático, especialmente quando combinado com um sistema multipartidário (cf. Linz, 2004; Mainwaring, 1993)

partidos – que representam de modo mais ou menos estável um conjunto de interesses diferentes distribuídos na sociedade. Para além das diferenças de posição entre os partidos, eles comungam de um compromisso com o respeito à diversidade de posições políticas, bem como a um conjunto de procedimentos que garante uma disputa ordenada entre os diferentes partidos. O paralelismo político designa, assim, uma relação na qual o sistema midiático reproduz, numa relação de homologia, as características do sistema político. Grosso modo, esta relação se manifesta de duas maneiras principais: 1) através de veículos midiáticos alinhados com posições políticas particulares – por exemplo, um jornal que atua como porta-voz de um determinado partido; 2) através de um sistema no qual meios de comunicação públicos – usualmente canais de rádio e televisão – são distribuídos entre os diferentes partidos políticos – como no sistema da *lottizzazione* italiano ou o sistema de pilares holandês (cf. Hallin & Mancini 2004, 2011). Os dois modelos não são reciprocamente excludentes. Na prática, pode haver diversas soluções de compromisso que articulem princípios dos dois modelos na relação entre mídia e política. Por exemplo, Schlesinger (1992) argumenta que o modelo da imparcialidade jornalística praticado pela *British Broadcasting Corporation* (BBC) se traduz, na prática como um “viés em favor da democracia parlamentar” ou, mais precisamente, uma solução de equilíbrio entre os principais partidos representados no parlamento – os partidos Trabalhista e Conservador.

Se aceitarmos a proposição de que o jornalismo independente e o paralelismo político são dois tipos de conexão entre mídia e política que pressupõem, simultaneamente, um sistema político competitivo e uma dose razoável de estabilidade institucional, podemos imaginar que, na ausência destas condições, emergem outros tipos de conexão entre mídia e política. De modo bastante esquemático, podemos apresentar outros três tipos de situação que afetam a conexão entre mídia e política: sistemas políticos competitivos que apresentem uma reduzida estabilidade institucional, sistemas políticos não-competitivos que apresentem uma considerável estabilidade institucional e sistemas políticos não competitivos, com baixa estabilidade institucional. Cada um destes casos cobre uma ampla gama de possibilidades. Sua exploração pode representar um caminho importante para o avanço da pesquisa comparada em comunicação política. Apenas para fins de ilustração, apresentaremos alguns exemplos e problemas teóricos que surgem a partir de cada uma destas possibilidades.

Consideremos inicialmente a situação em que um sistema político não competitivo opera em um ambiente de razoável estabilidade institucional. Um exemplo disto é fornecido pelo exercício do jornalismo em alguns países comunistas, tais como a Polônia, a União Soviética e a China. Em todos estes casos, o papel do partido no

governo é (ou foi) exercido sem maiores contestações – afora, naturalmente, os momentos de crise ⁶ – e os jornalistas dispõem de uma noção clara o bastante acerca de sua missão, de tal modo que se pode dizer que eles contam com uma cultura profissional mais ou menos sólida (Curry, 1990). A atuação dos jornalistas não pode ser explicada meramente a partir dos limites estabelecidos pela censura, ou pelo papel de “correia de transmissão” ideológica que freqüentemente lhes tem sido imputado. Ela envolve também o exercício da crítica e autocrítica do partido e das instituições, entendida enquanto função de aprimoramento do partido (Dan, 2011) e a mediação das relações entre os cidadãos e as autoridades do governo ou do partido, atuando por vezes como “face humana do sistema” (Roudakova, 2009, Zhao, 2011). Naturalmente o exemplo dos países comunistas – os quais, cabe observar, são consideravelmente distintos uns dos outros – dá conta de apenas um conjunto de possibilidades, dentre outras tantas possíveis, de regimes não-competitivos relativamente estáveis do ponto de vista institucional.

Um segundo tipo de situação se refere aos sistemas políticos competitivos nos quais, por diferentes razões, as relações entre meios de comunicação e política se desenvolvam em um ambiente de relativa instabilidade institucional. De algum modo, podemos dizer que o modelo Pluralista Polarizado, tal como elaborado por Hallin e Mancini (2004), flerta com esta situação – que de resto se aplica de maneira mais precisa ao conceito original de Sartori (1976). Em linhas gerais, ela reflete uma ansiedade, indefinição ou mal estar, mais ou menos generalizados, quanto ao modo de funcionamento das instituições políticas, o papel que cabe aos meios de comunicação desempenhar na ordem política, bem como no tocante às relações entre eles. O Brasil contemporâneo oferece uma interessante ilustração deste tipo de situação. Não obstante as instituições políticas brasileiras sejam hoje muito mais estáveis do que eram na década de 1990, ainda persiste alguma desconfiança em relação ao modo de atuação das principais instituições políticas brasileiras – ao menos junto a alguns setores da sociedade. Neste contexto, as principais organizações midiáticas se vêem instadas a assumir um papel político ativo, reivindicando para si o papel de árbitro das disputas entre os agentes políticos, em nome do público – um Poder Moderador de fato (Albuquerque, 2005). Ao mesmo tempo, elas reagem agressivamente a quaisquer propostas ou esforços de regulamentação, que limitem a latitude de sua atuação, caracterizando-as como tentativas de limitar a liberdade da imprensa e, portanto, como uma ameaça à democracia. Algo semelhante parece acontecer na África do Sul, país no qual a grande imprensa tradicional – ligada à minoria branca – mantém relações

⁶ Como, por exemplo, a crise relacionada ao sindicato Solidariedade na Polônia ou a crise de 1989 na China.

distantes e hostis com as autoridades do Congresso Nacional Africano (CNA), o partido que se tornou hegemônico no país após o fim do regime de *apartheid* e instauração de uma democracia multi-étnica no país (Johnston, 2005; Hadland, 2011).

Finalmente, a terceira situação diz respeito a sistemas políticos não-competitivos caracterizados por uma estabilidade institucional relativamente pequena na relação entre meios de comunicação e instituições políticas. O regime autoritário brasileiro (1964-1985) oferece um exemplo interessante a este respeito. O ponto mais importante a se destacar aqui é o modo como, sistematicamente, as autoridades se esforçaram para negar o caráter autoritário do regime: assim, por exemplo, o Congresso Nacional permaneceu aberto durante a maior parte do tempo e a existência de um partido de oposição (o Movimento Democrático Brasileiro, ou MDB) foi tolerada. No tocante à imprensa, o regime militar exerceu seu controle de modo difuso, que combinava procedimentos mais explícitos – como a censura prévia de alguns jornais – com outros menos formais, mas nem por isso pouco eficientes, incluindo formas de pressão econômica ou “bilhetinhos” e “recomendações” transmitidos aos jornalistas (Dassin, 1984; Duarte, 1983). Desta forma, elas alimentavam um clima de ansiedade e medo entre os jornalistas e dirigentes de organizações jornalísticas, que os estimulava a desempenhar diversas formas de autocensura (Smith, 2000). Por outro lado, em um contexto tão instável politicamente quanto o da Tailândia – que, nos últimos vinte anos, teve dois golpes de estado, treze primeiros-ministros e quatro diferentes constituições – os jornais vêm na adoção de uma forma radical de pluralismo interno – que McCargo (2011) denomina “polivalência partidária” – uma maneira de garantir que o jornal possa manter contato com quem quer que esteja à frente do governo.

23

É importante considerar as categorias analíticas aqui propostas como correspondendo a tipos ideais, que servem como parâmetros para a análise, mas não encontram perfeita correspondência na realidade. Assim como o grau de estabilidade institucional pode variar enormemente de uma sociedade para outra, em uma mesma sociedade ao longo da história, ou mesmo em diferentes aspectos em uma mesma sociedade em um mesmo período, os fatores que levam os sistemas políticos a se tornarem não-competitivos podem ser muito distintos entre si. Nem todo sistema não competitivo é, por definição, autoritário. Por exemplo, o Partido Liberal Democrata foi capaz de se conservar à frente do governo do Japão por quase meio século; o Partido Social Democrata sueco também se demonstrou igualmente capaz de se manter à frente do governo por um longo período.

O desenho de categorias aqui proposto apresenta a vantagem suplementar de dar conta da relação entre meios de comunicação e instituições políticas de um ponto de vista fundamentalmente dinâmico. Neste sentido, elas satisfazem a demanda de Roudakova (2011) e McCargo (2011) por categorias capazes de considerar a comunicação política comparada de um ponto de vista histórico. Por exemplo, podemos descrever o processo de transformação do jornalismo na Rússia, após o declínio do regime comunista, como uma transição de um regime não competitivo no qual a relação entre instituições midiáticas e políticas tinha lugar em um contexto razoavelmente estável, para outro, no qual o aumento da competitividade política se fez acompanhar por uma considerável desestabilização das relações entre essas instituições – ao invés de simplesmente um caso frustrado de transição de um regime autoritário na direção do modelo do *Fourth Estate*.

Em resumo, o paralelismo político nos parece uma ferramenta útil de análise comparada em comunicação política, mas sua importância deve ser redimensionada. Ao invés de considerá-la como uma categoria *catch-all*, que cobre todos os casos em que o modo de conexão entre meios de comunicação e instituições políticas se afasta do modelo do “jornalismo independente”, sugerimos que estas duas categorias somente fazem sentido no contexto bastante particular de sistemas políticos competitivos nos quais a correlação entre os meios de comunicação e as instituições políticas ocorra em um ambiente razoavelmente estável. Há, portanto, uma ampla gama de possibilidades fora dessas circunstâncias bastante especiais. Sua exploração abre um caminho promissor para o desenvolvimento da pesquisa comparativa em comunicação política para além dos limites do chamado “mundo ocidental”.

Referências

Albuquerque, Afonso de (2005). Another Fourth Branch. Press and political culture in Brazil. **Journalism** 6 (4): 486-504.

Albuquerque, Afonso de (2011). On Models and Margins. Comparative Media Models Viewed from a Brazilian Perspective. In Daniel C. Hallin & Paolo Mancini (org.). **Comparing Media Systems Beyond the Western World**. Cambridge & New York: Cambridge University Press.

Balčytienė, Auksė (2011). Culture as a Guide in Theoretical Explorations of Baltic Media. In Daniel C. Hallin & Paolo Mancini (org.). **Comparing Media Systems Beyond the Western World**. Cambridge & New York: Cambridge University Press.

Baum, Matthew A. & Tim Groeling. (2008). The Media and the Polarization of American Political Discourse. **Political Communication** 25 (4): 345-365.

Blumler, Jay G. & Michael Gurevitch (1995). **The Crisis of Public Communication**. London, New York: Routledge.

Carothers, Thomas (2002). The end of the transition paradigm. **Journal of Democracy** 13 (1): 5-21.

Chalaby, Jean K. (1998). **The Invention of Journalism**. London MacMillan.

Curran, James & Myung-Jin Park (org) (2000). **De-Westernizing Media Studies**. London, New York: Routledge.

Curry, Jane Leftwich. (1990) **Poland's Journalists: Professionalism and Politics**. Cambridge, New York: Cambridge University Press.

Dan, Huang (2011). Power and Right. "Yu Lun Jian Du" as a practice of Chinese media from an institutionalism perspective. **Journalism Studies** 12 (1): 106-118.

Dassin, Joan (1984). The Brazilian press and the politics of abertura. **Journal of Inter-American and World Affairs** 26 (3): 385-414.

Duarte, Celina Rabello (1983). Imprensa e redemocratização no Brasil. **Dados** 26 (2): 181-96.

Hallin, Daniel C. (2000). Commercialism and Professionalism in the American News Media. In James Curran & Michael Gurevitch (ed). **Mass Media and Society**. London, Arnold, 218-37.

Hallin, Daniel C. (2006). The Passing of the "High Modernism" of American Journalism Reviewed. **Political Communication Report** 16 (1).

Hallin, Daniel C. (2009). Not the End of Journalism History. **Journalism** 10 (3): 332-4.

Hallin, Daniel C. & Paolo Mancini (2004). **Comparing Media Systems. Three Models of Media and Politics**. Cambridge, New York: Cambridge University Press.

Hallin, Daniel C. & Paolo Mancini (org.) (2011). **Comparing Media Systems Beyond the Western World**. Cambridge & New York: Cambridge University Press.

Hanitzsch, Thomas & Claudia Mellado (2011). What Shapes the News Around the World? How Journalists in Eighteen Countries Perceive Influences on Their Work. **International Journal of Press/Politics** 16 (3): 404-426.

Johnston, Alexander (2005). The African National Congress, the Print Media and the Development of Mediated Politics in South Africa. **Critical Arts** 19 (1&2): 12-35.

Kaplan, Richard L. (2002) **Politics and the American Press. The Rise of Objectivity, 1865-1920**. Cambridge, New York: Cambridge University Press.

Levitsky, Steven & Lucian Way (2010). **Competitive Authoritarianism: Hybrid Regimes after the Cold War**. Cambridge: Cambridge University Press.

Linz, Juan J. (1994). Presidential or Parliamentary Democracy: Does It Make a Difference? In Juan J. Linz & Arturo Valenzuela. **The Failure of Presidential Democracy. Comparative Perspectives**. Vol. I. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 3-87.

Mainwaring, Scott (1993). Presidentialism, Multipartyism, and Democracy. The Difficult Combination. **Comparative Political Studies** 26 (2): 198-228.

Mainwaring, Scott (1998). Party Systems in the Third Wave. **Journal of Democracy** 9 (3): 67-81.

Mainwaring, Scott & Mariano Torcal (2005). Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opinião Pública** 11 (2): 249-286.

Manin, Bernard (1995). As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** 29: 5-34.

McCargo, Duncan (2011). Partisan Polyvalence: Characterizing the Political Role of Asian Media. In Daniel C. Hallin & Paolo Mancini (org.). **Comparing Media Systems Beyond the Western World**. Cambridge & New York: Cambridge University Press.

McNair, Brian (2000). Power, profit, corruption, and lies. The Russian media in the 1990s. Curran, James & Myung-Jin Park (org). **De-Westernizing Media Studies**. London, New York: Routledge.

Nerone, John C. (1995). **Last Rights. Revisiting Four Theories of the Press**. Urbana e Chicago: University of Illinois Press.

O'Donnell, Guillermo A. (1994). Delegative Democracy. **Journal of Democracy** 5 (1): 55-69.

Roudakova, Natalia (2009). Journalism as 'Prostitution': Understanding Russian Reactions to Anna Politkovskaya's Murder. **Political Communication** 26 (4): 412-29.

Roudakova, Natalia (2011). Comparing Processes: Media, "Transitions", and Historical Change. In Daniel C. Hallin & Paolo Mancini (org.). **Comparing Media**

Systems Beyond the Western World. Cambridge & New York: Cambridge University Press.

Ryfe, David M. (2006). News, culture, and public life. A study of 19th-century American journalism. **Journalism Studies** 7 (1): 60-77.

Said, Edward W. (2001) **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras.

Samuels, David J. (2002) Presidentialized Parties. The Separation of Powers and Party Organization and Behavior. **Comparative Political Studies** 35 (4): 461-483.

Samuels, David J. & Matthew Soberg Shugart (2003). Presidentialism, Elections and Representation. **Journal of Theoretical Politics** 15 (1): 33-60.

Sartori, Giovanni (1976). **Party and Party Systems.** Cambridge & New York: Cambridge University Press.

Schlesinger, Philip (1992). **Putting "Reality" Together: BBC News.** London e New York: Routledge.

Schudson, Michael (1982). The Politics of Narrative Form: The Emergence of News Conventions in Print and Television. **Daedalus** 111 (4)

Schudson, Michael (2001). The objectivity norm in American journalism. **Journalism** 2 (2): 149-170.

Seymour-Ure, Colin (1974). **The Political Impact of Mass Media.** London, Beverly Hills: Constable, Sage.

Siebert, Fred S., Theodore Peterson & Wilbur Schramm (1963). **Four Theories of the Press.** Chicago: University of Illinois Press.

Smith, Anne-Marie (2000). **Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV.

Szpunar, Piotr M. (2011). Western journalism's 'Other': The legacy of the Cold War in the comparative study of journalism. **Journalism** 13 (1): 3-20.

Vartanova, Elena. The Russian Media Model in the Context of Post-Soviet Dynamics. In Daniel C. Hallin & Paolo Mancini (org.). **Comparing Media Systems Beyond the Western World.** Cambridge & New York: Cambridge University Press.

Voltmer, Katrin (org). (2006). **Mass Media and Political Communication in New Democracies.** London & New York: Routledge.

Voltmer, Katrin (2011). How Far Can Media Systems Travel? Applying Hallin and Mancini's Comparative Framework outside the Western World. In Daniel C. Hallin & Paolo Mancini (org.). **Comparing Media Systems Beyond the Western World**. Cambridge & New York: Cambridge University Press.

Zhao, Yuezhi (2011). Understanding China's Media System in a World Historical Context. in Daniel C. Hallin & Paolo Mancini. **Comparing Media Systems Beyond the Western World**. Cambridge e New York: Cambridge University Press, 143-173.

